

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA 2008

1 Nos dias 25 e 26 de novembro de 2008 reuniu-se em sessão plenária a Comissão
2 Nacional de Residência Médica – CNRM, na Sala de Atos do Gabinete do Ministro
3 para a abertura e sua continuidade ocorreu na sala de reuniões da Diretoria de
4 Hospitais Universitários e Residências de Saúde – DHR/CGRS, em Brasília – DF. Foi
5 registrada a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação Fernando
6 Haddad e dos doutores, membros da CNRM: Maria Paula Dallari Bucci (Presidente
7 da CNRM), Cid Célio Jayme Carvalhaes (FENAM – Titular), Edinaldo Fonseca Lemos
8 (FENAM – Suplente), Maria do Patrocínio Tenório Nunes (ABEM), Ana Estela Haddad
9 (Titular – MS), Sigisfredo Luis Brenelli (Suplente – MS), Rafael Marques Nogueira
10 (CFM/Suplente), Renato Passini (AMB – Suplente), Paulo Amaral (ANMR –
11 Presidente), Romes André Proença de Souza (ANMR/Suplente), Neila Falcone da
12 Silva Bonfim (ABEM/Suplentes); dos membros da Câmara Técnica: doutores Evandro
13 Guimarães de Souza, Ramiro Anthero de Azevedo, Ana Cristina Ribeiro Zöllner e
14 Valdecira Lilio de Lucena; dos presidentes das Comissões Estaduais: doutores
15 Paulo Roberto Dutra Leão (MT), Ione Maria Ribeiro Soares Lopes (PI), Robson
16 Freitas de Moura (BA), Neila Falcone da Silva Bonfim (AM), Reginaldo Aparecido
17 Valácio (MG), Humberto de Oliveira Serra (MA), Salustiano Gomes de Pinho Pessoa
18 (CE), Martha Helena Pimentel Zappalá Borges (DF), Adnan Naser (SP), Geraldo
19 Pereira Jotz (RS), Susana Maciel Wuillaume (RJ), Claudete Martins de Lima (RO),
20 Rita Catarina Medeiros Sousa (PA) e das funcionárias do Departamento: Carmen
21 Lúcia da Silva Cunha (coordenadora/MEC), Jeanne Liliane Marlene Michel
22 (Coordenadora indicada ao cargo) e Ana Paula Gabatteli Vieira (Assessoria
23 Administrativa). **Item 01: Abertura.** O Dr. José Carlos de Sousa Lima agradeceu a
24 presença de todos os presentes e iniciou a apresentação dos novos membros. **Item**
25 **02: Leitura e aprovação da ata da 3ª reunião da CNRM.** A ata da reunião anterior foi
26 lida e aprovada pelos presentes. **Item 3. Informes.** O Dr. José Carlos de Sousa Lima
27 informou que serão realizadas, antes das plenárias, reuniões com a Câmara Técnica a
28 fim de analisar os relatórios de visita. Os referidos relatórios deverão estar de acordo
29 com o modelo aprovado pelo plenário, contendo semana padrão, rodízios e estágios
30 obrigatórios. Serão levados à Reunião plenária somente os relatórios que não
31 apresentarem consenso entre os membros da Câmara Técnica, facilitando assim a
32 dinâmica da plenária. **Item 4. Comissão Interministerial.** Dr. José Carlos de Sousa
33

34

35 Lima fez um breve histórico das reuniões da subcomissão que estuda a necessidade
36 de profissionais de Saúde em algumas especialidades nas quais o SUS é carente.
37 Essa subcomissão é resultado de uma articulação maior entre os Ministérios da
38 Saúde e Educação que tem como objetivo uma ação conjunta para a formação de
39 pessoal na área de saúde, e abrange, além dos médicos, outros profissionais tais
40 como: enfermeiros, fisioterapeutas, odontólogos, etc. A subcomissão se insere neste
41 trabalho maior, conta com a participação de representantes dos dois Ministérios e
42 com a participação de representantes do CONAS, CONASEMS, FENAM, ABEM e as
43 Sociedades de Especialidades identificadas até o momento, como as mais carentes
44 em termos de número de profissionais em atuação, ou cuja distribuição no país é
45 bastante irregular. O Ministério da Saúde encomendou um estudo a cinco
46 universidades sobre a necessidade de Profissionais Médicos para suprir os cuidados
47 de saúde no país, e os resultados preliminares apontam um déficit nas áreas de
48 Medicina Intensiva, Neonatologia, Psiquiatria, Geriatria, Cancerologia e Medicina de
49 Família e Comunidade. A idéia é, partindo do diagnóstico da situação nessas áreas,
50 propor meios de fomentar a especialização, e juntamente com o Ministério da Saúde,
51 pensar em estratégias de estímulo para a fixação de profissionais em áreas carentes.
52 Evidentemente, isso implica, para além da especialização, em políticas de pessoal
53 adequadas, razão pela qual o Ministério da Saúde e as secretarias Estaduais e
54 Municipais estão participando ativamente desse processo. Em seguida, o Dr. José
55 Carlos de Sousa Lima passou a palavra para a Dra. Ana Estela Haddad que fez uma
56 exposição do trabalho realizado até aqui incluindo o realizado junto aos os grupos de
57 trabalho com as sociedades envolvidas, e apresenta os resultados preliminares do
58 estudo de demanda dos profissionais. Os representantes das entidades e os
59 presidentes das CEREM's manifestaram satisfação com o estudo realizado e
60 consideraram relevantes os resultados preliminares apresentados. Isso permitira o
61 estabelecimento de políticas de formação mais adequadas, com base no diagnóstico
62 correto das necessidades de profissionais de saúde. Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes
63 manifestou desconforto com a omissão da FENAM entre as entidades médicas
64 convidadas para a reunião da subcomissão referida pela Dra. Ana Estela Haddad.
65 Imediatamente a Dra. Ana Estela Haddad explicou que esquecimento não foi
66 intencional e convidou permanentemente a FENAM para integrar o trabalho, o que foi
67 aceito pelo Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes. **Item 5. Comissão Mista – Representação.**
68 O Dr. José Carlos de Sousa Lima falou da necessidade das questões pautadas pela

69 Comissão Mista serem discutidas pelo plenário da CNRM. Isso não tem acontecido. A
70 CNRM sequer tem sido comunicada das reuniões e as pautas não tem sido enviada
71 com antecedência. Sendo assim, os próprios representantes da CNRM não podem
72 tomar conhecimento previamente das questões, ficando impossibilitados de apresentar
73 o ponto de vista da Comissão. Em função dessas dificuldades, as atuais
74 representantes, Dra. Vera Bezerra e Dra Ana Zöllner, solicitaram sua substituição. Outra
75 questão discutida pelo plenário refere-se ao próprio convênio firmado ente a CNRM,
76 CFM e a AMB. Este convênio tinha, inicialmente, o objetivo de criar um fórum consultivo
77 permanente. O trabalho conjunto teve êxito, resultando na definição das 53
78 especialidades médicas e suas áreas de atuação. O problema criado é que, ao
79 solucionar os seus trabalhos, a Comissão passou de fórum consultivo a deliberativo,
80 invadindo, muitas vezes, as competências da CNRM. A Dra. Valdecira Lilio de
81 Lucena falou da necessidade de se preservar a competência da CNRM, lembrando que
82 a Comissão Mista não pode deliberar sobre o assuntos da Residência Médica e publicar
83 resoluções que não são aprovadas pelo plenário da CNRM. Dr. Rafael Marques
84 Nogueira reconhece a existência de alguns desencontros, mas acha que são sanáveis.
85 Considera que o funcionamento da Comissão Mista é muito importante e promete levar
86 as observações feitas aqui à diretoria do CFM. Dra. Maria do Patrocínio Tenório Nunes
87 falou da necessidade de indicar representantes que façam parte do plenário da CNRM
88 e de que os temas discutidos na Comissão Mista sejam primeiramente tratados por esta
89 comissão. As diferenças entre o que é publicado pelo CFM e o que foi objeto de
90 deliberação e aprovação pela CNRM têm criado grande desconforto entre
91 Coordenações e Médicos Residentes. O plenário, depois de enaltecer o trabalho
92 realizado pelas antigas representantes, indicou o Dr. Geraldo Pereira Jotz e o Dr. José
93 Carlos de Sousa Lima para assumir a representação. **Item 6. Residentes e**
94 **Instituições : segurança no trabalho, responsabilidades e aspectos gerais.** O Dr. José
95 Carlos de Souza Lima informa que pautou esse tema em função da audiência pública
96 convocada pelo Ministério Público do Trabalho (15ª Região – São Paulo) da qual saiu um
97 documento intitulado Recomendação de Adequação de Conduta. Dessa audiência
98 participaram as Entidades Médicas, Coordenadores de Programas e o próprio MEC. A
99 relevância do documento resultante da audiência exige que todos dele tomem
100 conhecimento. Em seguida o Dr. José Carlos de Sousa Lima solicita que o Dr. Adnan
101 Naser faça uma exposição do assunto, enfatizando as recomendações do Ministério
102 Público. O Ministério Público Recomenda: 1. Em relação as Instituições de Saúde: a) a
103

104 observância da jornada máxima permitida por lei aos médicos residentes de 60
105 (sessenta) horas semanais, nelas incluídas o máximo de 24 (vinte e quatro) horas de
106 plantão; b) a adoção de sistema de registro manual, mecânico ou preferencialmente
107 eletrônico dos horários de entrada e saída dos médicos residentes, inclusive dos
108 intervalos usufruídos; c) A exigência e fiscalização efetiva presença dos médicos
109 preceptores das áreas de especialização, responsáveis pela orientação e supervisão dos
110 médicos residentes, nos locais onde são desenvolvidas atividades referentes à
111 residência médica, especialmente atendimentos de pacientes e cirurgias; 2. À Comissão
112 Nacional de Residência Médica e às Comissões Estaduais de Residência Médica: a)
113 que, nas avaliações periódicas dos programas de Residência Médica, atentem para o
114 efetivo cumprimento das recomendações acima, referentes à jornada e à supervisão por
115 médicos Preceptores, comunicando eventuais irregularidades ao Ministério Público do
116 Trabalho; 3. Às entidades de classe – Associação dos Médicos Residentes - AMERESP,
117 Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP, Associação
118 Paulista de Medicina, Sindicato dos Médicos de Campinas e região, Sindicatos dos
119 Médicos de Presidente Prudente, Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto,
120 Sindicato dos Médicos de Sorocaba e Sindicato dos Médicos de Taubaté: a) que
121 acompanhem o cumprimento da Lei Nº6932/1981, com o intuito de constatar as
122 condições de trabalho, em especial no que se refere às horas de atividade dos médicos
123 residentes e à existência de orientação e supervisão por preceptor habilitado,
124 comunicando eventuais irregularidades à Comissão Nacional de Residência Médica, à
125 Comissão Estadual de Residência Médica e ao Ministério Público do Trabalho. Alerta
126 ainda que o descumprimento da referida recomendação pelas instituições de saúde
127 responsáveis por programas de Residência Médica implica violação de dispositivos da
128 Lei Nº6932/1981, cabendo ao Ministério Público do Trabalho a propositura de medidas
129 administrativas e judiciais, a fim de proporcionar a reparação dos direitos coletivos
130 eventualmente lesados, bem como o encaminhamento de representação ao Ministério
131 Público Estadual, para apuração da responsabilidade, nos termos da lei, sem prejuízo
132 das demais sanções cabíveis no âmbito de atuação dos órgãos de fiscalização da
133 residência médica. Todos os presentes se manifestaram sobre a importância do
134 documento, sobre sua abrangência nacional, sobre o reconhecimento da relação de
135 trabalho, embora não dê emprego e da necessidade de dar ciência do documento a
136 todos os interessados. O plenário decide encaminhar cópia do documento
137 RECOMENDAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE CONDUTA Nº302/2008 a todas as estaduais

140 e COREME's. **Item 7. Solicitação de revisão de integração do Médico Residente Pedro**
141 **Antônio Rodrigues de Souza do Programa de Residência Médica de Cirurgia Geral do**
142 **Hospital Getúlio Vargas – AM.** O plenário decidiu não conceder o pedido devido ao fato
143 do mesmo não ter terminado o período de reintegração concedido pela Comissão
144 Nacional de Residência Médica. **Item 8 – Programa de Residência Médica de Radiologia**
145 **e Diagnóstico por Imagem do Hospital Santa Júlia – AM.** A Dra. Neila Falcone da Silva
146 Bonfim faz uma apresentação sobre o problema da Médica Residente desse hospital. O
147 plenário decide por unanimidade baixar em diligência todos os programas dessa
148 instituição e constituir nova comissão de verificação. O Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes e
149 o Dr. Salustiano Gomes de Pinho Pessoa deverão visitar o hospital até a data da próxima
150 plenária. Em relação ao programa de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, o plenário
151 recomenda uma atenção especial na verificação, pois a Dra. Neila Falcone da Silva
152 Bomfim traz a denúncia que havia apenas uma médica radiologista, Dra. Dayse Vargas,
153 para preceptorar a residência e laudar os exames. Os visitantes deverão encaminhar o
154 relatório para ser analisado na plenária do mês de novembro. **Item 9 – Composição de**
155 **Subcomissões para avaliar os conteúdos programáticos dos Programas de Residência**
156 **Médica e de R3 Opcionais enviados pelas Sociedades.** O plenário designou os doutores
157 Edinaldo Fonseca Lemos, Evandro Guimarães de Souza, Lorimilda Diniz Gualberto,
158 Renato Passini Júnior, Adnan Naser e José Carlos Nicolau para compor a Subcomissão
159 para avaliar os conteúdos programáticos dos Programas de Residência Médica e de R3
160 Opcionais. **Item 9. Tempo de duração dos Anos Opcionais.** O Dr. José Carlos informou
161 que a definição do tempo de duração dos Anos Opcionais ficará a cargo da referida
162 subcomissão. **Item 10. Homologação dos pareceres: SP, PR, SC, RS, MG, AM, PE, MA,**
163 **BA, DF, MT, TO, PI e RJ.** Foram analisados os relatórios de visita dos programas e
164 homologadas as decisões da Câmara Técnica. **Item 11. Outros assuntos. a) Licença**
165 **Maternidade.** O presidente Lula assinou decreto estendendo a Licença maternidade por
166 6 meses para o setor público, o setor privado deverá optar sobre a adesão. A lei ainda
deverá ser regulamentada, enquanto isso prevalece a Legislação Vigente. O Cid Célio
Jayme Carvalhaes sugere consulta ao setor jurídico do MEC. Esclarece que a Lei ainda
dever ser regulamentada e que, ao contrário da Legislação Penal, não retroage em seus
benefícios. **b) Relato da Dra. Valdecira Lilio de Lucena sobre a solicitação de Médica**
Residente do Programa de Residência Médica de Anestesiologia, que teria contraído
hepatite tóxica por halotano, para transferência: O plenário julga precipitada um decisão
favorável à transferência, que, em princípio, está vetada nas resoluções. Há

entendimento de que seu caso deve ser melhor apurado pela CEREM de Pernambuco. Dra. Valdecira Lilio de Lucena fará as diligências necessárias, inclusive a notificação ao Ministério do Trabalho, ao CFM, à Sociedade de Hepatologia e à própria Comissão de Infecção Hospitalar do Hospital. **c) Serviço Militar: A Dra. Maria do Patrocínio Tenório Nunes** deverá fazer um estudo da Lei do Serviço Militar com o objetivo de subsidiar uma revisão da resolução sobre o tema. Há um entendimento preliminar que o trancamento da Residência só deveria ser concedido nos casos de convocação para o Serviço obrigatório. **e) Estágio fora do país:** Dra. Susana Maciel Wullaume reclama uma regulamentação sobre os estágios opcionais em instituições fora do país. Dra. Maria do Patrocínio Tenório Nunes fala sobre a experiência da USP nesse tema. **f) Greves na graduação:** É provável o atraso na obtenção de registro nos Conselhos Regionais de Medicina. Recomenda-se uma flexibilização das datas para apresentação do registro nos Conselhos. **g) Data da Próxima Reunião Plenária:** A próxima reunião foi marcada para os dias 27 e 28 de novembro do corrente ano. Sem outras discussões, a reunião foi encerrada. Brasília, 26 de setembro de 2008.

167 **MEMBROS**

- 168 José Carlos de Sousa Lima (Presidente Substituto)
- 169 José Wellington Alves dos Santos (Diretor do DHR)
- 170 Cid Carvalhaes (FENAM - titular)
- 171 Edinaldo da Fonseca Lemos (FENAM – Suplente)
- 172 Maria do Patrocínio Tenório Nunes (ABEM)
- 173 Neila Bonfim (ABEM/ Suplente e CEREM - AM)
- 174 Sigisfredo Luis Brenelli (Suplente - MS)
- 175 José Carlos Nicolau (AMB)
- 176 Rafael Marques Nogueira (CFM/Suplente)
- 177 Ana Estela Haddad

178 **CÂMARA TÉCNICA**

- 179 Evandro Guimarães de Souza
- 180 Ramiro Anthero de Azevedo
- 181 Lorimilda Diniz Gualberto
- 182 Valdecira Lilio de Lucena

183 **PRESIDENTES DAS COMISSÕES ESTADUAIS**

- 184 Paulo Roberto Dutra Leão (CEREM - MT)
- 185 Ione Maria Ribeiro Soares Lopes (CEREM -PI)
- 186 Robson Freitas de Moura (CEREM - BA)
- 187 Neila Falcone da Silva Bomfim (CEREM - AM)
- 188 João Carlos Simões (CEREM - PR)
- 189 Reginaldo Aparecido Valácio (CEREM - MG)

- 190 Valdecira LiliOSO de Lucena (CEREM - PE)
- 191 Humberto de Oliveira Serra (CEREM - MA)
- 192 Salustiano Gomes de Pinho Pessoa (CEREM - CE)
- 193 Ricardo Ant4nio Rosado Maia (CEREM - PB)
- 194 Magali Machado (CEREM - MS)
- 195 Martha Helena Pimentel Zappal4 Borges (CEREM - DF)
- 196 Adnan Naser (CEREM - SP),
- 197 Geraldo Pereira Jotz (CEREM - RS)
- 198 Susana Maciel Wuillaume (CEREM - RJ);
- 199 **FUNCION4RIOS DO DEPARTAMENTO**
- 200 Carmen L4cia da Silva Cunha (coordenadora/MEC)
- 201 **CONVIDADO:**
- 202 Armando Ramaggio (CONASS)